



SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim Informativo

Índice

05	Entrevista: “O que move o Ministério Público? análise do processo de desenvolvimento de uma identidade institucional no enfrentamento da corrupção.”
10	Reunião entre MP e SSP discute temas de segurança pública “Operação La Rochelle” prende monitores de ressocialização acusados de levar celulares e drogas para presídio
11	Reunião discute medidas contra atos de violência de integrantes de torcidas organizadas MP participa de encontro nacional que debate combate à sonegação fiscal
12	Reunião estabelece instalação de sete centrais provisórias de custódia de vestígios de crime na Bahia MP baiano adere a acordo para acesso a plataforma nacional de operações de segurança pública
13	CNPG: Reunião em Brasília discute acordo de cooperação técnica para monitoramento de segurança pública MP participa de reunião para implantação da cadeia de custódia em Camaçari
14	Comitê de Segurança Pública é implantado em Dias d’Ávila Operação Cold: Três policiais militares são presos suspeitos de executarem dois homens na zona rural de Piatã
15	Gamboá: Reconstituição de ação policial é realizada a pedido do MP Operação cumpre 15 mandados de busca e apreensão nas residências de PMs investigados por morte de policial em Itajuípe Plano Municipal de Segurança Pública é iniciado em Camaçari
16	Reunião discute fiscalização das Guardas Municipais e implementação de Cadeias de Custódia MP promove curso sobre investigação de crime de homicídio e análise pericial
17	Acordo entre CNJ e MPF amplia eficiência no combate a infrações penais Formações 10 anos do Sinase: primeiros vídeos já estão disponíveis no YouTube
18	CNJ publica resultados do segundo ciclo do programa Fazendo Justiça “Método APAC é uma alternativa viável”, afirma convidado do projeto Segurança Pública em Foco

Índice

19	CNMP, MPF e Ministério da Justiça firmam acordo para acesso à Plataforma Integrada de Operações e Monitoramento de Segurança Pública Augusto Aras reforça convite à adesão de membros e servidores do Ministério Público ao Movimento Nacional em Defesa das Vítimas
20	Prêmio CNMP 2022 10ª Edição: divulgadas as iniciativas finalistas Ministérios Públicos podem aderir ao Barramento de Serviços do Processo Eletrônico Nacional Vitimização e mortalidade policial são discutidos em mais uma edição do Segurança Pública em Foco
21	CNJ lança guia para implementação de Comitês de Políticas Penais nos estados Pesquisas mapeiam ações sobre corrupção e lavagem de dinheiro e letalidade prisional
22	CNJ retoma nacionalização da identificação civil e documentação de pessoas presas CNMP apoia Departamento Penitenciário Nacional em lançamento de edital para programa de assistência às vítimas
23	Palestrantes brasileiros e estrangeiros compartilham experiências sobre rastreamento de ativos Prorrogado para 23 de janeiro prazo para membros do MP submeterem iniciativas a Banco de Boas práticas do CNMP
24	Fogo Cruzado completa 100 dias na Bahia
25	Camaçari: Foragido por pensão alimentícia é preso após reconhecimento facial Núcleo de presídios da CGJ apresenta proposta de novo Normativo para uniformizar a execução de penas e medidas de Segurança na Bahia
26	Vara do Júri e Execuções Penais de Juazeiro realiza a sua 60ª Sessão do Tribunal do Júri no ano de 2022 Reconhecimento Facial alcança nove foragidos no feriadão
27	Projeto determina transparência nas informações de segurança pública Comissão de Segurança Pública aprova quatro emendas ao PLOA 2023 PEC que cria polícias científicas tem apoio do relator
28	Sete mandados de busca e apreensão contra três PMs, policial civil e guarda civil são cumpridos no oeste da Bahia

ENTREVISTA



Entrevista



Dr. Ruano Leite
Promotor de Justiça do MPBA

Entrevista realizada com o Promotor de Justiça, Dr Ruano Fernando da Silva Leite, sobre o seu tema de pesquisa e dissertação intitulada: ***"O que move o Ministério Público? análise do processo de desenvolvimento de uma identidade institucional no enfrentamento da corrupção."***

Seja bem-vindo(a)! Acompanhe a entrevista!

01. Quais os motivos que o levaram a pesquisar sobre o tema "O que move o Ministério Público? Análise do processo de desenvolvimento de uma identidade institucional no enfrentamento da corrupção"?

Sempre tive um especial interesse pelo tema da corrupção e posso afirmar até que uma das razões por escolher a carreira do Ministério Público foi a possibilidade de enfrentar a impunidade aos crimes do colarinho branco, o que me intrigava como pesquisador. Além disso, o mestrado coincidiu com o maior escândalo de corrupção do Brasil. Foi justamente nesse período, entre 2018 e 2020, que a Operação Lava Jato alcançou tanto o seu apogeu como o seu declínio, dando ensejo à formação de discursos diversos e polarizados em torno do combate à corrupção e das estruturas de poder. O Ministério Público esteve no centro desse processo, mas, para além de todo o holofote e apoio que recebeu, também passou a sofrer graves reveses, sobretudo através de propostas legislativas e decisões judiciais, que viriam a afetar a sua estrutura, atribuições e independência funcional. Todo esse contexto também me fez questionar o processo e a motivação que levou o Ministério Público até aquele ponto histórico, como a principal agência anticorrupção do Brasil, evidenciando a formação de uma identidade institucional conquanto o enfrentamento a corrupção não estivesse formalmente na raiz das suas atribuições, pelo menos não historicamente e muito menos como categoria especial. Então, era a oportunidade perfeita para escrever sobre um tema atual e original, tentar compreender o meu papel enquanto promotor de justiça neste contexto social e colaborar com o amadurecimento institucional do Ministério Público

02. Foi possível identificar os fatores que mais influenciam o Ministério Público da Bahia a aumentar esse enfrentamento?

Sim. A pesquisa revelou que todo o Ministério Público brasileiro passou por um processo de desenvolvimento de uma identidade institucional de agência anticorrupção que o move no enfrentamento da corrupção. Na origem, houve um imbricado processo composto por diversos elementos, dentre eles o surgimento de uma "consciência nacional"; a fundação de um novo Ministério Público com a Constituição Federal e outras leis da década de noventa; o desenvolvimento do regime global de proibição da corrupção; a formação do discurso e da memória da corrupção (e da impunidade) a partir da espetacularização dos escândalos de corrupção pela mídia; o desenvolvimento da estrutura material, humana, tecnológica e de investigação; e o amadurecimento e a difusão das experiências das operações, notadamente criminais. [...]

[...] Mas a chama que catalisou todo esse processo, parece ter sido a Lei de Improbidade, embora no seu nascedouro o Ministério Público não aparecesse como o maior destinatário. A partir disso o Ministério Público despertou o interesse especial para a corrupção, alcançando finalmente agentes políticos que até então estavam sujeitos a foros privilegiados, com aumento da espetacularização do processo, reforçando tanto uma imagem (percepção externa) como uma autoimagem (percepção interna). O Ministério Público se insere, então, em um ciclo que se retroalimenta a partir da detecção de casos de corrupção, divulgação na mídia da atuação positiva, reforço da percepção da importância do combate à corrupção pelo MP e manutenção da legitimidade das leis de combate à corrupção. Assim, pode-se dizer que essa identidade – que tanto reflete como interage com o desenho institucional, a motivação endógena e o contexto sociocultural – pauta o comportamento institucional que transforma o combate à corrupção em prioridade institucional, conquanto essa seja apenas uma entre as várias atribuições ministeriais. Para além disso, atualmente, os fatores que mais influenciam o Ministério Público a aumentar o enfrentamento da corrupção são a melhoria da estrutura de trabalho, a renovação dos quadros de membros e servidores, a especialização da atuação e a experiência de outras operações.

03. De acordo com a pesquisa realizada, quais os maiores obstáculos encontrados pelos promotores de justiça no combate à corrupção?

Através de entrevistas e questionários, a pesquisa revelou que os maiores obstáculos encontrados pelos membros do Ministério Público do Estado da Bahia para o efetivo e eficaz combate à corrupção estão relacionados com a falta de estrutura, que incluem a ausência de recursos financeiros internos, de distribuição adequada de atribuições, de assessoria técnica, jurídica e/ou administrativa e de unidade e planejamento estratégico. Esse dado também confirmou a relevância deste fator para a evolução e o desempenho do Ministério Público, salientando-se que, no caso do Estado da Bahia, pelo menos até a data dos estudos, se apresentava na última colocação entre os Ministérios Públicos estaduais no ranking do índice de membros por população e na 19ª posição no que concerne aos servidores.

04. De que maneira o combate à corrupção tem ocorrido nos âmbitos nacional e estadual?

No âmbito estadual, a pesquisa revelou uma reduzida especialização das Promotorias de Justiça, já que apenas 11 delas estão formalmente dedicadas à atuação da defesa da moralidade administrativa e do patrimônio público. Entretanto, ainda assim o Ministério Público baiano tem apresentado uma razoável produtividade no enfrentamento da corrupção, sendo que o tema da improbidade aparece com a segunda maior quantidade de inquéritos civis e procedimentos preparatórios instaurados. Além disso, o MPBA tem realizado operações relevantes no Estado, como por exemplo a Adsumos, a Citrus e a Xavier, que se destacam pela sistemática consolidada pela Operação Lava Jato, mediante o emprego de técnicas especiais de investigação, colaboração premiada, big data, recuperação de ativos e atuação conjunta de várias instituições e órgãos. [...]

[...] No âmbito nacional, as áreas de improbidade administrativa e patrimônio público aparecem com a maior quantidade de inquéritos civis e procedimentos preparatórios instaurados nos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal, chegando a representar quase um quarto de todos os procedimentos instaurados. Além disso, o estudo destaca que, após as ações de improbidade terem demonstrado poucos resultados e baixa efetividade, tem havido um deslocamento do combate à corrupção da esfera cível para a atuação criminal. Acredito que as recentes mudanças na Lei de Improbidade, que esvaziaram e dificultaram a atuação no âmbito civil, intensificarão esse processo.

05. Como os membros do Ministério Público do Estado da Bahia avaliam o seu próprio trabalho no combate à corrupção?

A pesquisa não levou em consideração avaliação pessoal dos membros sobre o próprio trabalho, mas a percepção acerca da atuação geral do Ministério Público, especialmente o da Bahia. neste contexto, prevalece entre Procuradores e Promotores de justiça a compreensão de que a instituição cumpre as expectativas da sociedade, porém, consideram que o Ministério Público do Estado da Bahia não tem estrutura suficiente para o combate à corrupção. Já a avaliação da qualidade da atuação do Ministério Público do Estado da Bahia revela que, apesar de ser a maior preferência de prioridade dos membros, o combate à corrupção aparece em penúltimo lugar em comparação com outras atribuições, melhor apenas do que o controle externo da atividade policial. Inclusive, essas duas áreas apresentam forte avaliação de ruim e péssimo. Ao fim e ao cabo, os membros concluem que o Ministério Público do Estado da Bahia não atua de maneira efetiva no combate à corrupção, que está aquém do que deveria.

06. Na sua opinião, quais iniciativas devem ser adotadas pelo MPBA, visando o aperfeiçoamento de sua atuação anticorrupção?

Os estudos acerca das agências anticorrupção indicam que as características mais importantes ao bom funcionamento dessas instituições são: a independência; a atuação em cooperação com outras instituições; o capital humano especializado e interdisciplinar; a capacidade de investigar casos complexos e de grande magnitude; a capacidade de realização de pesquisas e avaliação de políticas anticorrupção; a agência deve ser duradoura e não ocasional; e devem ter o apoio da opinião pública. Neste contexto, é fundamental que o Ministério Público do Estado da Bahia promova a adequada gestão dos seus recursos e racionalização da sua atuação, com vistas a direcionar a energia institucional para ações que resultem em maiores retornos positivos para a sociedade. O combate à corrupção precisa abranger a prevenção e a repressão, de modo que é necessário sistematizar o trabalho e fortalecer a estrutura, que deve ser dotada de ferramentas para a formulação de pesquisas, produção e difusão de conhecimento, varreduras proativas e investigações eficientes, além do aperfeiçoamento legislativo e educação da sociedade. [...]

[...] Ao invés de fruto de iniciativas e custos pessoais, o trabalho de enfrentamento da corrupção precisa ser um produto natural do desempenho estratégico da instituição. É necessária uma revisão geral das atribuições de todas as promotorias, a fim de reformular a distribuição mediante critérios proporcionais e objetivos que assegurem a tutela adequada dos interesses protegidos pelo MP conforme as prioridades institucionais, evitando-se por exemplo cumulação de áreas estratégicas como infância e juventude, crime em geral, meio ambiente e patrimônio público e moralidade administrativa. Nesse processo, deve-se dar atenção especial às Comarcas com mais de 100 mil habitantes que, conforme o planejamento estratégico, devem ter promotorias especializadas. Além disso, deve haver uma especialização dos órgãos de execução, com a criação de estrutura própria, principalmente de serviços de apoio e interdisciplinares, que deve ser capacitada continuamente. Esse modelo deve ser complementado com a formação de grupos de atuação especializada regionais (GAECO ou GA ECC), com atribuições simultaneamente civis e criminais, para atuação conjunta com os promotores titulares, com vistas à apuração e persecução de infrações complexas. Assim, haverá a conjugação das garantias e dos direitos fundamentais - mediante o fortalecimento da figura do promotor natural e da sua independência - com a flexibilidade, expertise e especialização do grupo de atuação, a ser composto por procuradores, promotores e servidores vocacionados e com maior capacidade técnica para os desafios do enfrentamento dos crimes mais complexos do colarinho branco e de organizações criminosas. Também é importante que haja articulações junto a outras instituições como as polícias, controladorias, tribunais de contas, órgãos financeiros e tributários e, principalmente, o Poder Judiciário. Para além disso, a proteção dos direitos fundamentais deve ser sempre a marca fundamental da atuação que legitima toda a ação ministerial e que garanta a confiança necessária para a sua continuidade enquanto instituição essencial.

Considerações finais

O Ministério Público é uma instituição complexa, sujeita às suas próprias contradições, especialmente no Brasil, onde tem contornos próprios, grande capilaridade e variadas interações na democracia. Neste cenário, é possível dizer que a instituição pode se apresentar para a sociedade, no tempo e no espaço, de mais de uma forma, a partir de diversos papéis e representações, que podem variar até mesmo conforme divisão do Ministério Público no plano orgânico-constitucional entre várias instituições autônomas e independentes (Ministério Público da União e Ministérios Públicos dos Estados). Contudo, a análise das evoluções histórica, normativa, orgânica, social, científica e discursiva gera fundadas razões que levam a concluir que o Ministério Público brasileiro se constitui de um campo cujos membros compartilham de um mesmo habitus. [...]

Considerações finais

[...] Nos últimos anos, o Ministério Público tem sido problematizado e até mesmo questionado seja em razão das suas atuações ou mesmo omissões. O cenário de polarização política agrava essa situação e os reveses sofridos recentemente já impactam decisivamente na sua atuação, além de permanecerem os riscos de novas modificações legislativas e decisões judiciais que tem o potencial de retirar poderes, reduzir a autonomia e tornar ineficiente a sua atuação.

Atualmente, o Ministério Público é percebido tanto internamente como externamente como uma agência anticorrupção, embora a defesa da moralidade administrativa e do patrimônio público seja apenas uma das suas atribuições. Por outro lado, há uma compreensão geral dos próprios membros de que o Ministério Público do Estado da Bahia não atua de maneira efetiva e qualitativamente no combate à corrupção. Portanto, é necessário que a instituição adquira consciência institucional e estratégica dos seus objetivos, o que envolve necessariamente a decisão sobre a priorização dessa atribuição tão cara e a adequada gestão e racionalização dos seus recursos. Somente assim e com transparência, a sociedade poderá compreender o propósito do Ministério Público e decidir qual instituição ela quer.

[Confira a dissertação aqui!](#)

Dr. Ruano Leite
Salvador, 20 de junho de 2022

Notícias do MP

MP/BA, CNJ e CNMP



Reunião entre MP e SSP discute temas de segurança pública

O Ministério Público estadual discutiu hoje, dia 31/08, temas relacionados às áreas de segurança pública e criminal em reunião realizada com o secretário de Segurança Pública Ricardo Mandarino, a delegada-geral da Polícia Civil Heloísa Brito e o diretor-geral do Departamento de Polícia Técnica (DPT) Edson Reis. Na ocasião, entre outros assuntos, foram abordados a implementação da cadeia de custódia e o depósito regular de bens apreendidos e vestígios.



Participaram da reunião os coordenadores dos Centros de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social do MP (Ceosp), promotor de Justiça Luís Alberto Pereira; e de Apoio Operacional Criminal (Caocrim), promotor de Justiça André Lavigne; a coordenadora do Grupo de Atuação Especial Operacional em Segurança Pública (Geosp), promotora de justiça Aline Cotrim; o promotor de justiça Thomás Britto, integrante do Geosp; o superintendente de Gestão Integrada, delegado de Polícia André Barreto; o perito criminal e assessor especial da SSP, Osvaldo Silva e a major da Polícia Militar, Tatiana Eleutério.

Saiba mais. [Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)



“Operação La Rochelle” prende monitores de ressocialização acusados de levar celulares e drogas para presídio

Uma operação para reprimir a entrada de drogas e aparelhos celulares em estabelecimento prisional por meio da ação de monitores de ressocialização foi deflagrada na manhã de hoje, dia 01/09, pelo Ministério Público estadual. A “Operação La Rochelle” cumpre dez mandados de prisão preventiva e dez de busca e apreensão no Conjunto Penal de Lauro de Freitas, Presídio Federal de Mossoró (RN) e em endereços residenciais de monitores de ressocialização. A ação é realizada pelos grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco), Operacional de Segurança Pública (Geosp), Unidade de Monitoramento da Pena e da Medida de Segurança (Umep) e 6º Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas, em conjunto com a Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), que atua por meio da Coordenação de Monitoramento e Avaliação do Sistema Prisional e Inteligência Penitenciária.



Os mandados de busca e apreensão e de prisão preventiva foram expedidos pela Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organizações Criminosas e Lavagem de Dinheiro da Capital após decisão do juiz Vicente Santana em desfavor de internos custodiados em estabelecimentos penais baianos e na Penitenciária Federal de Mossoró, onde permanece preso um dos líderes da organização criminosa. As investigações foram iniciadas com a apreensão de aparelho celular após revista geral nas dependências da unidade prisional de Lauro de Freitas, em cela de convívio ligado à liderança de facção criminosa. [...]



Saiba mais. [Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Reunião discute medidas contra atos de violência de integrantes de torcidas organizadas



O Ministério Público estadual se reuniu na tarde desta segunda-feira, dia 05/09, com o comandante do Batalhão Especializado em Policiamento de Eventos (Bepe), tenente-coronel Elbert Vinhático Neves, para discutir possíveis medidas quanto à responsabilização pelos atos de violência que teriam sido praticados por

integrantes de torcidas organizadas ontem, dia 04/09, no bairro de São Caetano, na capital baiana. Na reunião, foram alinhadas ações que serão adotadas e divulgadas em momento oportuno.

Participaram da reunião os promotores de Justiça André Lavigne, coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim); Solon Dias, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor (Ceacon); Luís Pereira, coordenador do Centro Operacional de Segurança Pública (Ceosp); Luiz Neto, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco); a promotora de Justiça Thelma Leal, com atuação na área do consumidor em Salvador e o promotor Gilber Oliveira, membro do Gaeco.

As informações e vídeos divulgados nas redes sociais que mostram os atos de violência foram encaminhadas ao Gaeco nesta segunda para avaliação e tomada das medidas cabíveis na esfera criminal. O MP também acompanha o caso na esfera cível, por meio das Promotorias de Justiça de defesa do consumidor na capital, e avalia as ações a serem adotadas para responsabilização dos dirigentes das torcidas organizadas e a garantia dos direitos dos consumidores que frequentam os eventos esportivos.

[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

MP participa de encontro nacional que debate combate à sonegação fiscal



O Ministério Público estadual participou na última sexta-feira, dia 02/09, do 'II Encontro Nacional dos Promotores de Justiça da Ordem Tributária', realizado em Vitória, no Espírito Santo. Promovido pelo Ministério Público do Espírito Santo, o encontro debateu temas relacionados ao combate à sonegação fiscal e à defesa do orçamento público, com ênfase nas mais modernas técnicas de investigação criminal e na integração dos órgãos envolvidos na recuperação de ativos.



Na ocasião, o promotor de Justiça Hugo Casciano Sant'Anna ministrou palestra sobre 'Apropriação indébita tributária – Critérios para a caracterização da contumácia e do débito declarado', onde falou sobre a caracterização do crime de apropriação indébita tributária e as técnicas de investigação empregadas para a apuração desse delito, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Além disso, ele apresentou aos participantes do evento a experiência do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular e os Conexos Previstos na Lei nº. 9.609 (Gaesf) nessa área.

[Leia na íntegra. Notícia adaptada.](#)
[Fonte: MPBA](#)

“A participação do Gaesf no evento foi extremamente relevante não apenas pela apresentação do nosso trabalho e a busca do seu aprimoramento por meio da troca de experiências, mas também por possibilitar a articulação de atividades integradas com outros estados, o que propicia maior efetividade em nossa atuação”, destacou o promotor de Justiça Alex Neves, coordenador do Gaesf. [...]

Reunião estabelece instalação de sete centrais provisórias de custódia de vestígios de crime na Bahia

Reunião entre o Ministério Público estadual e a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA), realizada na última terça-feira, dia 06/09, definiu a instalação de sete centrais de custódias provisórias no estado como solução temporária para o armazenamento de bens apreendidos e vestígios de crimes, para garantir a segurança de elementos fundamentais para as investigações. As centrais provisórias serão implementadas em Feira de Santana, Juazeiro, Irecê, Itabuna, Barreiras, Vitória da Conquista e Salvador.

As instalações funcionarão, de forma temporária, em cidades que contam com Coordenadorias Regionais de Polícia Técnica, até a conclusão do projeto de construção das centrais definitivas de custódia, que está em andamento. Segundo a coordenadora do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp) do MP, promotora de Justiça Aline Cotrim, que participou da reunião, a estrutura provisória inicialmente disponibilizada em cada região poderá ser ampliada de acordo com a necessidade.



[Leia mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Também participaram da reunião os promotores de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp); André Lavigne, coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim); e Thomas Brito, membro do Geosp; o secretário de Segurança Pública Ricardo Mandarin; o comandante-geral da PM, coronel Paulo Coutinho; a delegada-geral da Polícia Civil Heloísa Brito; o diretor do Departamento de Polícia Técnica (DPT), Edson Reis; e o superintendente de Gestão Integrada da Ação Policial da SSP, André Barreto.

MP baiano adere a acordo para acesso a plataforma nacional de operações de segurança pública

O Ministério Público do Estado da Bahia aderiu ao acordo de cooperação técnica e operacional para acesso à Plataforma Integrada de Operações e Monitoramento de Segurança Pública (Córtex), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A adesão foi realizada hoje, dia 20/09, com assinatura da procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti, durante solenidade de formalização da cooperação entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Ministério Público Federal (MPF) e o MJSP. O evento ocorreu em Brasília, na sede do CNMP.

[Leia mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)



O acordo permitirá o intercâmbio de conhecimentos, informações, dados e tecnologias, por meio do compartilhamento das atividades finalísticas para assegurar a efetividade das políticas públicas das instituições. Também estão previstas a criação de base nacional de torcedores impedidos de acesso a estádios de futebol, a fiscalização eletrônica em grandes eventos e o compartilhamento de informações sobre inquéritos policiais e ações judiciais. Implantado pelo Ministério da Justiça, em 2021, o Córtex é uma plataforma de dados que tem como objetivo a gestão de operações de segurança pública para a atuação integrada entre os órgãos do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e instituições colaboradoras. A plataforma também faz o monitoramento de atividades e indicadores da execução das operações de segurança pública. Além do MP da Bahia, aderiram ao acordo, nesta terça-feira, os MPs estaduais do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Roraima e Tocantins.

CNPG: Reunião em Brasília discute acordo de cooperação técnica para monitoramento de segurança pública

O Conselho Nacional de Procuradores-gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG) debateu, em reunião ordinária realizada em Brasília (DF), na sala do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT), nesta quarta-feira, dia 21/09, o acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O objetivo do CNMP é intermediar as adesões dos ministérios públicos brasileiros, para acesso à plataforma integrada de operações e monitoramento de segurança pública – CórTEX. O encontro também debateu alterações legislativas no Código de Processo Penal, especificamente no que tange à competência para a execução do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP).



A importância do papel vigilante do MP no atual momento pelo qual passa o país foi destacada pela presidente do CNPG, a procuradora-geral de Justiça da Bahia Norma Cavalcanti. "É decisivo que o MP nacional atue de forma uniforme, como uma só instituição, na defesa do sistema democrático de direito", afirmou a presidente do CNPG, que também expressou seu desejo de que as eleições que se aproximam transcorram de forma tranquila. Sobre o acordo de cooperação, o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) Moacyr Rey Filho falou que a parceria integra o projeto de governança digital de dados do CNMP. "Esse trabalho mapeará as bases de dados e ajudará a estabelecer uma estratégia nacional, assegurando a continuidade do processo de integração digital dos MPs", afirmou. O conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), promotor de Justiça João Paulo Schoucair propôs a criação de um canal direto de contato entre o CNJ e o MP, tendo como porta de entrada a Procuradoria-Geral da República (PGR) e o CNMP. [...]

Saiba mais. [Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

MP participa de reunião para implantação da cadeia de custódia em Camaçari




O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Gabriel Andrade Figueiredo, coordenador do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública (Cisp) de Camaçari, participou de reunião com representantes do Departamento de Polícia Técnica do Estado da Bahia, na última sexta, dia 21/10, para discutir a implantação da cadeia de custódia em Camaçari. Na reunião, foram tratados, também, o fluxo de trabalho recentemente implantado em Camaçari, em observância aos art. 158-A e seguintes do Código de Processo Penal, o fornecimento de insumos para a manutenção da cadeia de custódia, como lacres, embalagens e carimbos, soluções imediatas à ausência de centrais de custódia, projetos de implantação de centrais de custódia provisórias e projetos para implantação das centrais de custódias definitivas.

Participaram do encontro o diretor geral do Departamento de Polícia Técnica, Edson Luiz dos Reis, o diretor do Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto (IACP), Joe Raymundo dos Santos Filho, a coordenadora de Ensino e Pesquisa do Departamento, Margareth Moreira Tristão e o chefe de gabinete, Jorge Borges dos Santos.

[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Comitê de Segurança Pública é implantado em Dias d'Ávila

Operação Cold: Três policiais militares são presos suspeitos de executarem dois homens na zona rural de Piatã



O Ministério Público estadual promoveu hoje, dia 21/10, uma reunião de implementação do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública (Cisp) no Município de Dias d'Ávila. Presidido pelo promotor de Justiça Pablo Almeida, o encontro teve como objetivo apresentar o Cisp e identificar as instituições que o integrarão.

Conforme o promotor de Justiça, tráfico de drogas e violência doméstica foram eleitos como prioritários para as discussões no Cisp, em razão de serem os mais prevalentes na cidade.

O Município é um dos mais violentos da Bahia. Pablo Almeida apresentou os dados da violência na cidade, com base no Anuário de Segurança Pública do Estado da Bahia, produzido pelo Governo Estadual, e Relatórios de BI (Business Intelligence) do MP. Segundo o anuário, ocorreram mais de 500 homicídios dolosos entre 2012 e 2022 em Dias d'Ávila, sendo que somente em 2021 foram 54 assassinatos, o que coloca o município entre os piores do estado em média de mortes violentas por 100 mil habitantes. Em relação à violência doméstica, ele pontuou a necessidade de se melhorar o fluxo de atendimentos às vítimas, com a participação ativa dos órgãos municipais, no atendimento médico, psicológico e social às mulheres, bem como da participação do Conselho Tutelar e Centro de Referência de Assistência Social (Creas) no atendimento das famílias, incluindo crianças e adolescentes.

O Cisp busca implementar um modelo de segurança pública integrada, no âmbito das regiões administrativas do MP, contribuindo com um sistema de justiça criminal e de defesa social mais ágil e efetivo, com interlocução entre os órgãos públicos, sejam estaduais ou municipais, a iniciativa privada e a sociedade civil. Os comitês são formados por instituições públicas e privadas que têm relação direta ou indireta com a promoção da segurança pública e da defesa social.

Sete pessoas, entre eles três policiais militares, foram presas nesta segunda-feira, dia 24/10, durante a 'Operação Cold', deflagrada pelo Ministério Público estadual e Secretaria de Segurança Pública (SPP), fruto de um esforço conjunto dos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp) e pela Força-Tarefa de Combate a Grupos de Extermínio e Extorsão Mediante Sequestro da Corregedoria-Geral (Coger) da Secretaria da Segurança Pública (SSP-Ba). Participaram da Operação a 13ª Coordenadoria Regional de Polícia do Interior (Coorpin) e a Coordenação de Apoio Técnico à Investigação (Cati) da Polícia Civil de Irecê.

Os PMs são investigados pela execução de Vonilson Silva Moreira e Valter Pereira da Silva, a mando dos alvos da operação. Conforme as investigações, uma das vítimas foi executada no dia 21 de março de 2021, no povoado de Bom Sucesso, município de Piatã, na Chapada Diamantina, e a outra no dia 25 de janeiro, no Povoado Piauí, na zona rural de Piatã. Os presos são suspeitos nos inquéritos policiais que apuram crimes de homicídio qualificado por motivo torpe e por impossibilitar a defesa da vítima.

Também foram cumpridos mandados de busca e apreensão nos endereços residenciais dos investigados. Os mandados de busca e os de prisão temporária foram decretados pela Justiça. Conforme a decisão, os investigados ficarão presos temporariamente por 30 dias.

[Leia mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

[Leia mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Gamboa: Reconstituição de ação policial é realizada a pedido do MP

O Departamento de Polícia Técnica (DPT) realizou nos últimos dias 31 de outubro e 1º de novembro, a pedido do Ministério Público estadual, reconstituição da ação policial que resultou, em 1º de março deste ano, na morte de três jovens do bairro da Gamboa, em Salvador. Foi realizada simulação dos acontecimentos ocorridos durante a operação policial, desde a chegada dos PMs até a finalização da ocorrência.

A reconstituição teve o objetivo de esclarecer os acontecimentos em detalhes. No dia 31, a simulação foi realizada com a participação dos PMs. Já na terça-feira, 1º, participaram moradores do bairro que testemunharam a ação policial. Os laudos produzidos pelo DPT serão anexados ao inquérito policial e disponibilizados ao MP. Toda a simulação foi acompanhada pelo promotor de Justiça Fernando Lucas, da 3ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri e por promotores de Justiça do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp), coordenado pela promotora de Justiça Aline Cotrim, que a solicitou.

Segundo a promotora, a reconstituição "foi importante para esclarecer a dinâmica dos fatos, contrapondo as versões dos policiais e testemunhas com os vestígios encontrados pela perícia no local do crime". Por meio do Geosp, o MP tem procedimento de investigação criminal (PIC) instaurado para apurar eventual responsabilidade criminal dos PMs, que está em fase de conclusão. A reconstituição também foi acompanhada pela Defensoria Pública do Estado da Bahia.

[Leia mais. Fonte: MPBA](#)

Operação cumpre 15 mandados de busca e apreensão nas residências de PMs investigados por morte de policial em Itajuípe

O Ministério Público estadual, por meio dos Grupos de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp) e de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), deflagrou na manhã de hoje, dia 4/11, a operação 'Tir Ami' para cumprimento de 15 mandados de busca e apreensão nas residências de policiais militares investigados pela morte do subtenente da Polícia Militar Alberto Alves dos Santos. A operação foi realizada com o apoio da Força-Tarefa de Combate a Grupos de Extermínio e Extorsão mediante Sequestro da Corregedoria-Geral da Secretaria de Segurança Pública (Coger) e da Polícia Militar da Bahia. Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos nos municípios de Itabuna, Ilhéus, Camacã e Camaçari. Os policiais militares são investigados pela ação realizada no município de Itajuípe, no dia 27 de setembro deste ano, que resultou na morte do subtenente Alberto Alves dos Santos e na prática de lesões corporais contra o sargento da PM Adeilton Rodrigues D'Almeida.

[Leia mais. Fonte: MPBA](#)

Plano Municipal de Segurança Pública é iniciado em Camaçari



A primeira etapa do Plano Municipal de Segurança Pública foi iniciada ontem, dia 7/11, no Município de Camaçari. O Plano, primeiro elaborado na Bahia, está em fase de Pesquisa de Vitimização, na qual serão realizadas entrevistas com moradores do Município para a produção de um diagnóstico da violência na região. O Plano é gerido pela Secretaria de Administração (Secad) e é fruto de compromisso assumido com o Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (Cisp), iniciativa do Ministério Público estadual que reúne Polícias, Sistema de Justiça Criminal, sociedade civil, universidades e municípios, em atuação integrada, para a redução de violências no estado.

Durante a primeira fase do plano, entre os dias 7/11 e 11/11, uma equipe do Programa de Pós-graduação em Segurança da Universidade Federal da Bahia (Progesp/Ufba) realiza pesquisa de campo sobre os tipos de crimes em todos os bairros de Camaçari. Com o diagnóstico, serão determinadas as potencialidades, desafios, fatores de risco e recursos da comunidade. Após essa etapa, estão previstas a construção de um plano de ação para estabelecer as prioridades, a definição de objetivos de curto e longo prazo, a identificação de programas que possam servir como modelo, avaliações que forneçam retornos sobre os resultados obtidos, e a criação de Relatório Técnico do Diagnóstico da Criminalidade.

[Leia mais. Fonte: MPBA](#)

Reunião discute fiscalização das Guardas Municipais e implementação de Cadeias de Custódia



Uma reunião realizada ontem, dia 9, entre integrantes do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp) e do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública do Ministério Público estadual abordou propostas de atuação institucional em relação à fiscalização das Guardas Municipais (GM) e trouxe atualizações sobre o processo de implementação das Cadeias de Custódias e Centrais de Custódia no âmbito da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

O coordenador do Ceosp, promotor de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, reafirmou a importância da reunião para discutir temáticas que são caras ao Ministério Público, trazendo discussões e soluções importantes. “A proposta de realizar reuniões como esta é trazer boas práticas, modelos e uma forma sistêmica e mais eficiente de atuação”, afirmou.

A importância da fiscalização das Guardas Municipais foi abordada pelo promotor de Justiça Thomás Luz Raimundo Brito. Ele pontuou sobre a função das Guardas Municipais conforme a Constituição Federal, de proteger os bens, serviços e instalações dos municípios. Para o promotor, a fiscalização é necessária para garantir que a instituição não ultrapasse os seus limites de atuação, agindo como uma “terceira força policial”. [...] [Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

MP promove curso sobre investigação de crime de homicídio e análise pericial

Detalhes da atuação pericial para levantamento de vestígios e evidências que servirão como prova para o processo de persecução e julgamentos penais foram discutidos na tarde desta quinta-feira, dia 17, durante o curso ‘Investigação de crime de homicídio e análise pericial’ que ocorreu na sede do Ministério Público estadual, no CAB. Iniciativa do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) e do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp), o curso discutiu conceitos acerca das perícias realizadas nos locais dos crimes, microcomparação balística e tanatologia, modalidade que traz uma série de conhecimentos da medicina e de outras ciências sobre os aspectos da morte.



“Esse curso tem o propósito de oferecer uma melhor formação técnica sobre as perícias e investigações criminais para os promotores de Justiça”, destacou o promotor de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, coordenador do Ceosp. Ele dividiu a mesa de abertura com a promotora de Justiça Aline Cotrim Chamadoira, coordenadora do Geosp, e a perita criminal Margarete Goularte. A programação foi aberta com a palestra ‘Local de crime’, que foi ministrada pelo perito criminal e coordenador de perícias de crimes contra a vida, Ríbio Januário de Jesus. Ele apresentou o conceito de criminalística, que tem por objeto o estudo de vestígios materiais úteis à elucidação e identificação dos autores de crimes. “A criminalística visa determinar a natureza jurídica do fato, verificar os meios e os modos de como foi praticado um delito, visando fornecer a dinâmica dos fatos ocorridos, indicar a autoria do delito e elaborar a prova técnica, com base nos indícios materiais”, explicou. Ele ressaltou ainda a importância da preservação do local do crime para que o trabalho da perícia possa ser realizado com precisão. Outro assunto abordado foi a importância das reproduções simuladas para a determinação da dinâmica dos crimes e comprovação dos fatos. [...]

Acordo entre CNJ e MPF amplia eficiência no combate a infrações penais

Com o objetivo de elevar a eficiência na prevenção e no controle das infrações penais e aperfeiçoar a atuação da Justiça, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério Público Federal (MPF) estabeleceram acordo de cooperação técnica para compartilhamento da base de dados entre as instituições. O acordo, que prevê a troca de informações por meio de uma *Application Programming Interface (API)* para os fins especificados em planos de trabalho apresentados pelas instituições, foi assinado na 63ª Sessão Extraordinária do CNJ, realizada na terça-feira (6/9). O presidente do CNJ, ministro Luiz Fux, enfatizou que a parceria observará a previsão legal, limites e sigilos, conforme imposto pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e na Constituição Federal. “O compartilhamento de dados irá fornecer a base fática para que o Ministério Público possa atuar e para que a Justiça possa decidir, sempre observando os fins institucionais atribuídos pela Constituição.” [...]

O acordo de cooperação prevê o compartilhamento da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0), do Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB), do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNCIAI), do Sistema de Gestão de Tabelas (SGT), do sistema que consolida as bases de dados processuais e outros sistemas que venham a ser integrados ao Datajud. [...]



[Leia na íntegra. Notícia Adaptada. Fonte: CNJ](#)

Formações 10 anos do Sinase: primeiros vídeos já estão disponíveis no YouTube

Com o objetivo de qualificar o atendimento socioeducativo de forma permanente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) começou a disponibilizar em seu canal no YouTube as formações realizadas no primeiro semestre relativas ao evento ‘Jornadas Formativas: 10 anos da lei do Sinase’. A jornada celebra os 10 anos da Lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Nos primeiros três vídeos disponibilizados, é possível saber mais sobre o funcionamento das audiências concentradas, da central de vagas e do Programa Pós-Cumprimento de Medidas Socioeducativas. A jornada integra as atividades do programa Fazendo Justiça, coordenado pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para acelerar respostas a desafios estruturais nos campos penal e socioeducativo. [...]



[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

O ciclo de eventos teve início em abril e segue até novembro, reunindo profissionais do sistema de justiça e do sistema de garantia de direitos para aprimorarem conhecimentos e trocarem experiências. Até o momento ocorreram seis eventos, sendo dois em agosto – sobre a Resolução CNJ n.348 /2020 e adolescentes LGBTI privados de liberdade, além de evento adicional sobre audiências concentradas. O sexto evento ocorreu nesta quarta-feira (14/9), abordando relações de gênero e raça no sistema socioeducativo. Os três eventos já estão em preparação para entrar na playlist do YouTube. [...]

CNJ publica resultados do segundo ciclo do programa Fazendo Justiça



Já estão disponíveis as publicações que detalham avanços coordenados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no campo penal e no campo socioeducativo durante o ciclo de atividades do programa Fazendo Justiça entre 2020 e 2022. As ações são trabalhadas pelo CNJ por meio de seu Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para acelerar transformações necessárias no campo da privação de liberdade e seguem em implementação na gestão da ministra Rosa Weber.

O Relatório de Gestão apresenta os avanços sob uma perspectiva nacional, em 28 ações voltadas para a porta de entrada, para a fase de responsabilização e para a porta de saída do campo penal e do campo socioeducativo. As ações reforçam a aplicação de leis e normativas nacionais e internacionais, assim como de boas práticas, e são uma resposta ao estado de coisas inconstitucional nas prisões brasileiras com reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal em 2015. Estão, ainda, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Desenhado em um plano nacional coordenado pelo CNJ, o programa é desenvolvido com o apoio de centenas de organizações e atores, a exemplo do Ministério da Justiça e Segurança Pública por meio do Departamento Penitenciário Nacional, e do Tribunal Superior Eleitoral. “Mesmo com as limitações nas atividades presenciais em razão da pandemia, muito se avançou na estruturação e execução de ações que focam nas causas no lugar das consequências”, destaca trecho do relatório. [...]

[Acesse o Relatório de Gestão 2020/2022 – Programa Fazendo Justiça](#)



“Método APAC é uma alternativa viável”, afirma convidado do projeto Segurança Pública em Foco

Na manhã dessa quarta-feira, 14 de setembro, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) realizou a 6ª Edição do projeto Segurança Pública em Foco, com o tema “Método APAC: projeto de humanização do sistema carcerário”. O encontro teve transmissão ao vivo pelo YouTube.

O expositor da edição, apresentada pelo presidente da CSP, conselheiro Jaime de Cassio Miranda, foi o diretor do Centro Internacional de Estudos do Método APAC (Ciema), Valdeci Antônio Ferreira. Como debatedora, a convidada foi a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia (MP/RO) Eiko Danieli Vieira Araki. [...]

Segundo Valdeci Ferreira, não há como falar em segurança pública se não houver um investimento maciço na recuperação dos condenados: “Os índices de reincidência no Brasil são estratosféricos, girando de 60% a 85%. Lamentavelmente, nós não temos sequer estatísticas confiáveis”, disse. O convidado lembrou também que a sociedade costuma ver as prisões como “espaços de vingança”, e não como espaços de recuperação de vidas. [...]

Valdeci Ferreira disse que ninguém é irrecuperável quando existe um tratamento adequado e destacou que a APAC nasceu também para promover a justiça restaurativa, trazendo índices positivos, como a redução da reincidência e o menor custo per capita. [...]

CNMP, MPF e Ministério da Justiça firmam acordo para acesso à Plataforma Integrada de Operações e Monitoramento de Segurança Pública

O acordo permitirá o intercâmbio de conhecimentos, informações, dados e tecnologias entre o CNMP e o MJSP

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio das Comissões de Planejamento Estratégico e do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) assinaram acordo de cooperação técnica e operacional para acesso à Plataforma Integrada de Operações e Monitoramento de Segurança Pública (Córtex). A solenidade de assinatura ocorreu nesta terça-feira, 20 de setembro, durante a 14ª Sessão Ordinária de 2022 do CNMP.

O acordo permitirá o intercâmbio de conhecimentos, informações, dados e tecnologias entre o CNMP, o MPF e o Ministério da Justiça, por meio do compartilhamento das atividades finalísticas para assegurar a efetividade das políticas públicas promovidas pelas instituições. Também estão previstas a criação de base nacional de torcedores impedidos de acesso a estádios de futebol, a fiscalização eletrônica em grandes eventos e o compartilhamento de informações sobre inquéritos policiais e ações judiciais. [...]

Importância do acordo

O presidente do CNMP, Augusto Aras, enalteceu a importância dos acordos de cooperação técnica celebrados entre o CNMP e vários órgãos, “pela proximidade que fazemos entre o Ministério Público brasileiro e essas instituições que integram o Estado e o governo, todas voltadas para a satisfação do interesse público. No particular, o acordo firmado com o Ministério da Justiça e Segurança Pública mantém a institucionalidade necessária para que a persecução criminal se faça formalmente, sem vícios e para que possamos, de forma integrada, fazer nosso trabalho com respeito ao sistema constitucional acusatório”. [...]

Adesão dos Ministérios Públicos

Durante a solenidade, oito unidades do Ministério Público aderiram ao acordo de cooperação técnica: Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Roraima e Tocantins.

[Assista aqui à solenidade.](#)
[Veja fotos do evento.](#)



[Leia na íntegra.](#)
[Notícia adaptada.](#)
Fonte: CNMP

Augusto Aras reforça convite à adesão de membros e servidores do Ministério Público ao Movimento Nacional em Defesa das Vítimas

O presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Augusto Aras, reforçou que membros e servidores do Ministério Público brasileiro que tiverem interesse em participar do Movimento Nacional em Defesa das Vítimas podem preencher o [formulário de adesão ao projeto](#).

O comunicado foi feito nesta terça-feira, 20 de setembro, na 14ª Sessão Ordinária de 2022, durante a assinatura do protocolo de intenções firmado entre o CNMP e a Caixa Econômica Federal para estabelecer parceria nas áreas de combate à violência doméstica, proteção e independência financeira às mulheres.

Aras, que lançou o formulário de adesão em agosto, convidou a todos “a se unirem a este movimento de apoio às vítimas e ajudar a disseminar que a ‘vítima nunca tem culpa’. Juntos, podemos trazer um novo olhar para a realidade de muitas pessoas e mudar o desfecho de inúmeras histórias”.

Para obter mais informações, [acesse aqui o portal do movimento](#).



[Saiba mais.](#) [Notícia adaptada.](#) Fonte: CNMP

Prêmio CNMP 2022 | 10ª Edição: divulgadas as iniciativas finalistas

Solenidade de premiação será realizada em 30 de novembro

Nesta quarta-feira, 21 de setembro, a Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CPE/CNMP) divulgou a lista dos 27 programas e projetos finalistas do Prêmio CNMP 2022. A ordem dos vencedores somente será revelada no momento da cerimônia de premiação, prevista para o dia 30 de novembro, na sede da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em Brasília.

Este ano, quinhentas e trinta e três iniciativas das unidades e ramos do Ministério Público brasileiro foram habilitadas a concorrer à 10ª edição do Prêmio CNMP. Os trabalhos fazem parte das mais de três mil iniciativas cadastradas no Banco Nacional de Projetos (BNP), produto do Planejamento Estratégico Nacional, ferramenta responsável por coletar e disseminar práticas bem-sucedidas no Ministério Público.

[Veja aqui a lista dos finalistas.](#) [...]

[Continue a ler. Fonte: CNMP](#)

Ministérios Públicos podem aderir ao Barramento de Serviços do Processo Eletrônico Nacional

Plataforma permite a integração de sistemas e trâmite de processos ou documentos administrativos entre órgãos



As unidades e ramos do Ministério Público brasileiro podem aderir ao Barramento de Serviços do Processo Eletrônico Nacional. A plataforma permite a integração de sistemas e trâmite de processos ou documentos administrativos digitais de forma segura e confiável entre órgãos e entidades.

No âmbito do Ministério Público, o sistema foi implantado no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), no Ministério Público Federal, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e no Ministério Público de Minas Gerais. Está em fase de implantação no Ministério Público Militar e no Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Formalizaram interesse de adesão ao acordo mais dez unidades do Ministério Público: São Paulo, Rondônia, Piauí, Santa Catarina, Amazonas, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Amapá e Bahia.

Além do benefício financeiro, o acordo busca desburocratizar a atuação na área-meio do Ministério Público, permitindo a interoperabilidade e a comunicação institucional entre as unidades e ramos ministeriais. [...]

Vitimização e mortalidade policial são discutidos em mais uma edição do Segurança Pública em Foco



“A atividade policial está baseada em quatro fundamentos: proteger, servir, educar e pacificar”. Com essas palavras, o coronel da Polícia Militar da Paraíba Onivan Elias de Oliveira conduziu sua exposição no debate “Vitimização e Mortalidade Policial”, tema da 7ª Edição do projeto Segurança Pública em Foco. [...]

Nas palavras de boas-vindas, Jaime de Cassio Miranda falou sobre a importância de se abordar o tema proposto, que, para ele, “muitas vezes é um assunto esquecido”. O conselheiro afirmou que o Ministério Público tem “a missão de dar visibilidade ao conteúdo vitimização e mortalidade policial”.

O presidente da CSP também destacou a relevância da participação interinstitucional no evento: “Não se resolve questões de segurança pública isoladamente. É preciso ter interação entre as instituições”, afirmou Jaime de Cassio. [...]

Informações adicionais podem ser obtidas pelo e-mail csp@cnmp.mp.br

[Veja a íntegra do programa.](#)

[Veja mais fotos.](#)

[Leia na íntegra. Notícia Adaptada. Fonte: CNMP](#)

CNJ lança guia para implementação de Comitês de Políticas Penais nos estados

O diálogo entre diferentes instituições da esfera pública, privada e do terceiro setor é fundamental para melhorar serviços penais, desde a porta de entrada até a porta de saída, de forma a garantir que direitos legais estejam sendo observados nas diferentes fases do ciclo penal.



Para permitir uma melhor organização e diálogo entre os atores envolvidos nestas etapas, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lança a publicação 'Comitês de Políticas Penais: Guia Prático para Implantação'.

[Visualize e acesse o Guia Prático para Implementação de Comitês de Políticas Penais](#)

A estruturação de um comitê que atenda todo o ciclo penal, com formação interinstitucional e intersetorial, partiu de demandas das próprias unidades da federação – atualmente, há modelos formalmente instalados no Acre e na Bahia. Além disso, em diagnóstico prévio sobre o tema, o CNJ identificou que sete unidades da federação já tinham comitês que trabalhavam assuntos específicos no campo penal. [...]

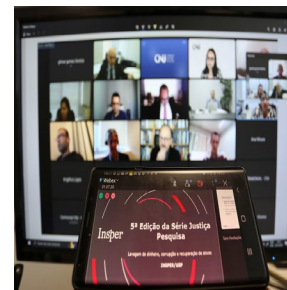
Sobre a publicação

Desenvolvido a partir de uma perspectiva teórica, mas também operacional a partir da atuação do CNJ junto aos poderes locais com apoio do Fazendo Justiça, o guia apresenta orientações de estrutura, organização e competências, que podem ser adaptadas a partir dos contextos locais, apresentando ainda, uma minuta de ato normativo para constituição dos comitês como exemplo.

“Acreditamos que o guia é bem eficiente em salientar a potência do Comitê de articular essa rede complexa, qualificando uma atuação global de maneira promissora”, observa o professor Luiz Antonio Bogo Chies, da Universidade Católica de Pelotas, consultor responsável pela elaboração do Guia. Segundo Chies, a publicação foi desenvolvida a partir de um intenso diálogo com as equipes do CNJ e do Fazendo Justiça, buscando aliar densidade de conteúdo a um formato de fácil aplicação.

[Leia na íntegra. Notícia Adaptada. Fonte: CNJ](#)

Pesquisas mapeiam ações sobre corrupção e lavagem de dinheiro e letalidade prisional



Para a pesquisa “Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos: características processuais, funcionamento do arranjo institucional e alternativas de aperfeiçoamento”, realizada pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), cerca de 500 mil processos da Base Nacional do Poder Judiciário (DataJud) foram analisados, além de entrevistas semiestruturadas – por conversa direta com os juízes e juízas entrevistados(as) – e por meio de survey, com questionários específicos.

O formulário possui 30 perguntas, cujas respostas abastecem um banco de dados sobre a distribuição geográfica das questões relacionadas ao tema da pesquisa, a idade e tempo de carreira dos magistrados e magistradas e o tipo de unidades judiciárias que lidam com a matéria. Com respostas de 99 juízes e juízas, o levantamento já reúne informações de 22 das 27 unidades da Federação.

A amplitude do trabalho foi ressaltada pelos debatedores, que mostraram que é possível realizar boas pesquisas por meio do DataJud, com a segurança da base de dados. O universo da pesquisa abrange ainda 281 unidades judiciárias e 343 juízes e juízas, incluindo substitutos e substitutas. “Saímos do campo do ‘achismo’ e temos dados do Judiciário e do Sistema de Justiça com credibilidade, sem perder de vista que a pesquisa ainda está em desenvolvimento”, apontou o conselheiro do CNJ João Paulo Schoucair. [...]

Pesquisas

Na quinta edição da série Pesquisa Justiça, seis temas estão em estudo. Dois deles também já tiveram dados preliminares apresentados: Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal e Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos. Os outros dois temas são: A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário; e Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade.

[Leia na íntegra. Notícia Adaptada. Fonte: CNJ](#)

CNJ retoma nacionalização da identificação civil e documentação de pessoas presas

Após pausa durante o período eleitoral, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) retomou, na última semana, ação junto a parceiros que estabelece fluxos permanentes de identificação civil para pessoas que tiveram contato com o cárcere, além da emissão de documentos. Pernambuco recebeu, na sexta-feira (11/11), a primeira missão de adesão sob a gestão da ministra Rosa Weber, tornando-se o 14.º a integrar a rede nacional que deve ser concluída no primeiro semestre de 2023. Até o final do ano, Rio Grande do Norte e Alagoas também irão aderir oficialmente à iniciativa.

A Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação de Pessoas Privadas de Liberdade é uma das 28 frentes trabalhadas pelo CNJ por meio do programa Fazendo Justiça, uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e importante apoio do Departamento Penitenciário Nacional para incidências no campo da privação de liberdade.

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)



O objetivo dessa iniciativa é facilitar o acesso a políticas de cidadania para pessoas que tiveram contato com o cárcere, como inclusão em programas de saúde, educação e trabalho, contando ainda com a parceria do Tribunal Superior Eleitoral e da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais, além de outros 150 parceiros e apoiadores.

A partir da distribuição de 5,4 mil kits de identificação pelo país para viabilizar a coleta tanto na porta de entrada quanto no passivo das unidades prisionais, cerca de 10,5 mil pessoas já foram identificadas ou incluídas na base de dados de identificação civil do TSE, complementando o registro de milhões de brasileiros. A partir da integração com listas emitidas pelo Sistema Eletrônico de Execução Unificada em 25 unidades da federação, mais de 10 mil protocolos foram concluídos para a regularização de documentos de pessoas que tiveram contato com o cárcere.

[Conheça o folder explicativo da ação](#)

CNMP apoia Departamento Penitenciário Nacional em lançamento de edital para programa de assistência às vítimas



Com a colaboração do Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), lança o edital para o recebimento de propostas que farão parte do Programa Depen de Assistência às Vítimas de Crime (ProDAV) que prevê a implementação e ampliação de centrais de atendimento à vítima no Poder Executivo Federal e nos Ministérios Públicos Estaduais.

Publicado nesta quarta-feira, 16 de novembro, o Edital de Chamamento Público nº 003/2022 estabelece os procedimentos, critérios e prioridades para a apresentação das propostas, que devem ser enviadas para análise pela "Plataforma +Brasil" até as 23h59, do dia 4 de dezembro. [...]

[Leia na íntegra.](#)

[Notícia adaptada. Fonte: CNMP](#)

O Programa Depen de Assistência às Vítimas de Crime (ProDAV) visa a possibilitar atenção integral às vítimas de crime por meio das Centrais de Atendimento que serão supervisionadas e implementadas nas unidades do Ministério Público Estaduais. Os recursos do incentivo são provenientes do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).

Instituição do Comitê Ministerial de Defesa dos Direitos das Vítimas (CMDD-Vítimas)

Criado pela Portaria CNMP-PRESI nº 178/2022, o Comitê tem a finalidade de elaborar estudos, promover discussões e articulações, apresentar propostas e projetos, também realiza o monitoramento de temas relacionados à organização e ao funcionamento do Ministério Público brasileiro relativos à atuação ministerial no campo do direito das vítimas. Os membros foram escolhidos estrategicamente pelas unidades do MP como representantes aptos a trabalhar a temática disposta na Resolução CNMP nº 243/2022 e a fomentar internamente as práticas eficazes de proteção e amparo às vítimas.

[Veja aqui o edital.](#)

Palestrantes brasileiros e estrangeiros compartilham experiências sobre rastreamento de ativos

Seminário ocorreu nessa segunda-feira, 21 de novembro, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília.

Nessa segunda-feira, 21 de novembro, aconteceu o “IV Seminário Internacional de Rastreamento de Ativos”, uma realização da Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, órgão vinculado ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em parceria com o Instituto Brasileiro de Rastreamento de Ativos (Ibra).



O evento, voltado a membros e servidores do Ministério Público, promoveu a troca de experiências de palestrantes brasileiros e estrangeiros sobre desafios e tendências no combate ao crime aqisitivo. A iniciativa ocorreu na modalidade híbrida, com solenidade no auditório do CNMP e transmissão pelo [canal oficial da Instituição no YouTube](#).

O encontro trouxe painéis que abordaram temas como: mediação com métricas e melhores práticas; desafios de rastreabilidade de criptoativos e ativos digitais; beneficiário final e aprimoramento normativo; definição e formas de transposição de trust; e tecnologia no combate à fraude e corrupção. [...]

Nas palavras do conselheiro Daniel Carnio: “O Ministério Público sempre tem uma posição de destaque na persecução penal no combate à fraude. Muitas vezes, em casos de fraudes de grande monta de dinheiro, os ativos acabam sendo desviados de alguma forma para o exterior. Não adianta perseguir o fraudador se não se consegue recuperar os ativos desviados em prejuízo das vítimas. Essa atividade de inteligência de rastreamento de ativos é fundamental”.

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNMP](#)

Prorrogado para 23 de janeiro prazo para membros do MP submeterem iniciativas a Banco de Boas práticas do CNMP

Projetos devem estar relacionados ao sistema prisional, ao controle externo da atividade policial e à segurança pública, temas de comissão do CNMP

Foi prorrogado para o dia 23 de janeiro o prazo para membros do Ministério Público brasileiro submeterem iniciativas sobre a atuação da instituição em temas ligados à segurança pública, ao controle externo da atividade policial e ao sistema prisional. A prorrogação foi publicada nesta quinta-feira, 17 de novembro, por meio do Edital nº 4/2022/CSP/CNMP.

O material constará do Banco de Boas Práticas desenvolvido pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O Banco de Boas Práticas irá reconhecer a excelência das iniciativas destinadas a dar efetividade à atuação do Ministério Público brasileiro na tutela da segurança pública, do sistema prisional e do controle externo da atividade policial.

O Edital CSP/CNMP nº 3/202, que estabelece as regras de chamada para a submissão das boas práticas, programas ou projetos, foi publicado em 24 de junho.

De acordo com a norma, as iniciativas deverão ser submetidas de forma individualizada, mediante o preenchimento de formulário eletrônico do Sistema Banco de Boas Práticas, disponível na página da CSP.

O acesso ao sistema será feito mediante login e senha, que deverão ser solicitados pelo e-mail csp@cnmp.mp.br, acompanhados do nome completo, CPF, e-mail, matrícula funcional e ramo do MP a que o solicitante pertence.

Os autores das iniciativas admitidas receberão, em evento próprio, certificado emitido pela CSP.

[Sistema Banco de Boas Práticas](#)

[Edital CSP/CNMP nº 4/2022](#)

[Edital CSP/CNMP nº 3/2022](#)

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNMP](#)

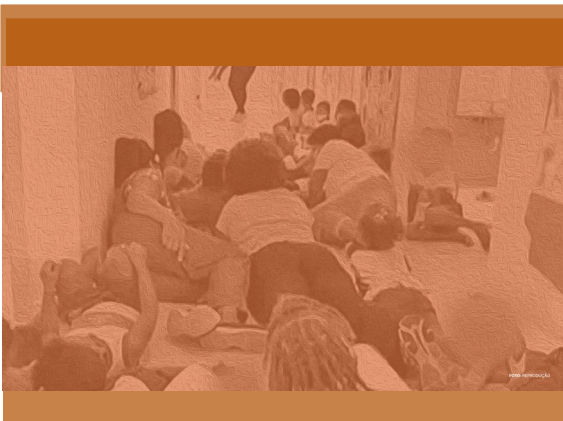


Notícias Externas

GOV BR e TJBA



Fogo Cruzado completa 100 dias na Bahia



•4 pessoas, em média, são baleadas por dia em Salvador e região metropolitana.

•31% dos tiroteios ocorreram durante ações ou operações policiais.

•Em 100 dias, 113 pessoas morreram em situações de ações policiais.

Baixe o relatório completo [aqui](#)

O Instituto Fogo Cruzado, em parceria com a Iniciativa Negra por Uma Nova Política de Drogas, lança na quarta-feira, 10 de novembro, no auditório do Museu Eugênio Teixeira Leal, em Salvador, o relatório "**100 Dias de Fogo Cruzado na Bahia**", que apresenta dados alarmantes da violência armada na capital baiana e região metropolitana. Os dados registrados vão de 01 de julho a 08 de outubro deste ano, e nos exemplificam a importância da produção de informações sobre a violência armada. Ao todo, no período analisado, foram contabilizados 443 tiroteios, que resultaram em 401 baleados – uma média de 4 por dia. **Destas vítimas, 304 morreram.**

Nestes 100 primeiros dias de acompanhamento, Salvador concentrou 3 em cada 4 tiroteios registrados em toda a região metropolitana, e 72% dos baleados. Mas, apesar de menos registros, é importante ter um olhar atento para outras cidades. Cinco municípios tiveram mais vítimas do que tiroteios, o que aponta para um alto risco de letalidade. Foram eles: Simões Filho, Vera Cruz, Mata de São João e Candeias. Os homicídios são o mais grave problema da violência armada em Salvador e RMS, sendo quase metade dos casos (47%) identificados como homicídios ou tentativa de homicídio.

A sensação de insegurança da população é justificada pelos números: 2 em cada 3 tiroteios terminam com alguma pessoa baleada, e mais da metade dos casos (55%) terminou em mortos; em quase 10% das vezes os tiros deixaram 2 ou mais vítimas fatais. "Sem dados é impossível produzir políticas eficazes que, através dos recursos de inteligência, atinjam de fato o problema. Mas o mais grave: sem dados, a sociedade não consegue cobrar por essas políticas porque não tem qualquer noção do que acontece nas grandes cidades brasileiras", destacam Cecília Olliveira, Diretora Executiva do Fogo Cruzado e Dudu Ribeiro, Diretor Executivo da Iniciativa Negra Por uma Nova Política de Drogas, no texto de apresentação do relatório.

Os dados também se referem à atuação dos agentes de segurança pública: um em cada três casos de tiroteios ocorre em ações ou operações policiais. Esta é a segunda maior causa de tiroteios em Salvador e RMS. Há ainda dados sobre chacinas policiais que se assemelham aos do Rio de Janeiro: foram registradas 14 chacinas, sendo que 12 ocorreram em ações ou operações policiais.

A terceira maior causa de tiroteios em Salvador e região metropolitana é a disputa entre facções. Assaltos aparecem em quarto lugar nas dinâmicas mais comuns de violência armada.

Os ataques armados sob rodas estão relacionados aos casos de disputa entre facções e assaltos. Esse tipo de ataque acontece quando pessoas em um carro ou motocicleta passam atirando na direção de pessoas paradas em algum lugar - bar, uma esquina, um ponto de ônibus. Ao todo, foram 15 casos de ataques sob rodas em 100 dias, ou seja, 1 episódio por semana. [...]

[Leia mais. Fonte: Instituto Fogo Cruzado](#)

Camaçari: Foragido por pensão alimentícia é preso após reconhecimento facial



Um homem acusado de dívida de pensão alimentícia foi preso no início da tarde deste sábado (8) em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). O acusado, que estava foragido, teve o mandado de prisão cumprido após ser flagrado pelo Sistema de Reconhecimento Facial da Secretaria da Segurança Pública (SSP-BA). Ele é o 445º capturado através do recurso.

Segundo a pasta, o foragido teve a imagem captada pelas câmeras inteligentes quando o sistema apontou mais de 93% de similaridade. Munidos com a informação, agentes do 12º Batalhão da Polícia Militar (BPM/ Camaçari) se dirigiram ao local apontado e cumpriram o mandado judicial, expedido pela 2ª Vara de Família, Órfãos, Sucessões e Interditos. [...]

Até o momento, o sistema já alcançou pessoas procuradas por crimes contra a vida e contra o patrimônio, entre outros.

[Saiba mais. Notícia Adaptada. Fonte: Bahia Notícias](#)



Núcleo de presídios da CGJ apresenta proposta de novo Normativo para uniformizar a execução de penas e medidas de Segurança na Bahia

O Núcleo de Presídios da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) apresentou às autoridades policiais Civil, Militar e Federal, bem como à Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia (Seap), a proposta de novo normativo elaborada para substituir o Provimento CGJ nº. 04/2017. A apresentação aconteceu em reunião realizada na quinta-feira (08/09).

O normativo do ano de 2017 tem o escopo de uniformizar a execução de penas e de medidas de segurança em todo o Estado, assim como dá outras providências sobre a custódia e transferência de presos provisórios e condenados nos diversos estabelecimentos penais baianos.

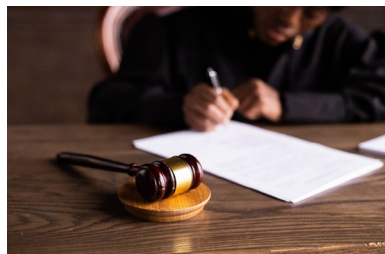
Por sua vez, após a análise e o trabalho conjunto, a proposta apresentada pela Corregedoria Geral da Justiça tem o objetivo de unificar os provimentos anteriormente publicados, ao acrescentar, ainda, a regulamentação dos presídios de Irecê e Brumado, os quais se encontram em iminente inauguração. Para tanto, o novo provimento tem a finalidade de abranger todas as 417 (quatrocentos e dezessete) cidades da Bahia, oportunizando a harmonia das atividades desenvolvidas entre as Comarcas, e com evidente consonância à disposição da Lei de Organização Judiciária do Estado. [...]

Núcleo de Presídios

O Núcleo de Presídios é o setor responsável pela organização das transferências e recambiamentos dos presos de todos os estados da federação para a Bahia, e vice-versa. O Núcleo atua, diariamente, para concretizar a efetiva prestação jurisdicional ao gerir a movimentação dos presos e registrar todos os atos nos expedientes supervisionados pela Corregedoria Geral da Justiça, a fim de garantir a segurança jurídica constitucionalmente prevista.

O Núcleo conta com o [Manual de Rotinas](#), editado pelo Servidor Sérgio Luis Santos Rabaçal, no qual há o resumo e a explicação da prática desenvolvida pelos servidores e estagiários lotados no setor.

Vara do Júri e Execuções Penais de Juazeiro realiza a sua 60ª Sessão do Tribunal do Júri no ano de 2022



Como parte do Mês Nacional do Júri, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do qual participa o Poder Judiciário da Bahia (PJBA), a Vara do Júri e Execuções Penais de Juazeiro realizou a sua 60ª sessão de julgamento de crimes dolosos contra a vida no ano de 2022. No total, estão previstos 11 julgamentos pelo Tribunal do Júri da Comarca no mês de novembro.

A referida sessão ocorreu no dia 8 de novembro e foi presidida pelo Magistrado Roberto Paranhos Nascimento; participando, na acusação, o Promotor de Justiça Raimundo Moinhos e, na Defesa, os Advogados Acácio Campos e Francisco Santiago.

No caso em tela, os réus foram, por duas vezes, acusados dos crimes de tentativa de homicídio, resistência, porte de arma e munição de uso restrito e tráfico de drogas. O julgamento terminou com a condenação do primeiro réu a uma pena de 12 anos de reclusão e 4 meses de detenção pelos crimes de tentativa de homicídio e resistência, e do segundo denunciado, pelos crimes de tentativa de homicídio e tráfico de drogas, com pena de 21 anos de reclusão.

Instituída pela Portaria CNJ n. 69/2017, o Mês Nacional do Júri mobiliza todas as unidades do Poder Judiciário e consiste na promoção de um esforço concentrado para julgamento de crimes hediondos. Nesta edição, devem ser priorizados: feminicídios; crimes praticados contra e por policiais; e homicídios contra menores de 14 anos.

De acordo com o Conselheiro Mauro Martins, Presidente da Comissão Permanente de Justiça Criminal, Infracional e de Segurança Pública, o Mês Nacional do Júri é uma tradição dos Tribunais que, incentivados pelo CNJ, priorizam determinados julgamentos. “Trata-se de uma ação importante promovida pelo CNJ e que envolve o país inteiro”. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: TJBA](#)

Reconhecimento Facial alcança nove foragidos no feriadão



[Leia mais. Fonte: SSP](#)

O Sistema de Reconhecimento Facial da Secretaria da Segurança Pública (SSP) chegou a marca de 510 foragidos da Justiça capturados, na terça-feira (15). No feriadão da Proclamação da República a ferramenta auxiliou na retirada de nove criminosos com mandado de prisão.

O último foi preso pelo crime de homicídio, na cidade de Dias d'Ávila, Região Metropolitana de Salvador (RMS). Equipes da 36ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) realizaram o flagrante, após a ferramenta emitir um alerta de 95% de similaridade.

Além dele, outros oito foram presos no final de semana, pelos crimes de tráfico de drogas, homicídio, roubo e extorsão. As prisões também aconteceram após alertas acima de 90% de similaridade.

Todos os capturados foram encaminhados à Polícia Civil, tiveram seus mandados cumpridos e estão à disposição da Justiça.

Projeto determina transparência nas informações de segurança pública



Comissão de Segurança Pública aprova quatro emendas ao PLOA 2023

A proposta ([PL 5179/2020](#)) do senador Fabiano Contarato (PT-ES), que promove a transparência de informações de segurança pública, aguarda votação na Comissão de Segurança Pública (CSP). O senador Rogério Carvalho (PT-SE) já leu seu relatório com parecer favorável e pontuou a importância de dados exatos sobre crimes para repasse de verbas e planejamento de ações de prevenção e combate à criminalidade.

Está pronto para votação na Comissão de Segurança Pública do Senado projeto de lei que promove a transparência de informações de segurança pública. Apresentada pelo senador Fabiano Contarato, do PT do Espírito Santo, a proposta determina publicação anual com municípios e estados que deixaram de fornecer ou atualizar seus dados no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, o Sinesp. O senador quer ainda que estados publiquem anualmente informações sobre crimes violentos letais intencionais. Ele denuncia a falta de transparência e a ineficiência do trabalho de segurança pública no país.



[Saiba mais. Fonte: Senado Federal](#)

A Comissão de Segurança Pública aprovou quatro emendas ao Projeto da Lei Orçamentária de 2023. Os senadores decidiram destinar R\$ 200 milhões para o combate à criminalidade, ao Fundo Antidrogas, a ações de inteligência penitenciária e para o programa "Proteção do Direito à Vida" do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O relator, senador Rogério Carvalho (PT-SE), explicou que o colegiado priorizou iniciativas que atendam todo o País.

[Saiba mais. Fonte: Senado Federal](#)

PEC que cria polícias científicas tem apoio do relator

O senador Weverton (PDT-MA) apresentou relatório favorável à proposta de emenda constitucional que cria as polícias científicas. A [PEC 76/2019](#), em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), dá autonomia para a perícia criminal, que na maioria dos estados se desvinculou das carreiras policiais e é desenvolvida pelos institutos de criminalística, institutos médicos legais e institutos de identificação. A atividade-fim, incluindo a emissão de laudo técnico, será exclusiva dos peritos criminais. Nos estados onde já há estrutura autônoma, os cargos serão incorporados às novas carreiras.

[Saiba mais. Fonte: Senado Federal](#)

Sete mandados de busca e apreensão contra três PMs, policial civil e guarda civil são cumpridos no oeste da Bahia

Sete mandados de busca e apreensão contra três policiais militares, um policial civil e um guarda civil foram cumpridos nesta terça-feira (22), nas cidades de [Bom Jesus da Lapa](#) e [Serra do Ramalho](#).

Os cinco investigados são suspeitos de [matar Josevaldo Marques dos Santos](#), integrante da Guarda Civil Municipal de Serra do Ramalho, em 25 de julho de 2021.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), os mandados foram cumpridos na "Operação Sentinela", deflagrada pelo Ministério Público da Bahia (MP-BA), com apoio da Força-Tarefa de Combate a Grupos de Extermínio e Extorsão Mediante Sequestro da Corregedoria Geral.

Os mandados de busca e apreensão foram expedidos pela Vara Criminal de Bom Jesus da Lapa. Casas e endereços profissionais dos suspeitos fizeram parte das varreduras das equipes. As investigações apontam que a vítima foi assassinada pelos PMs que estavam de serviço, com apoio dos outros dois comparsas, após desavenças de Josevaldo com o integrante da Polícia Civil.



Após solicitação do MP, a Justiça de Bom Jesus da Lapa também determinou o afastamento dos cinco servidores das funções públicas. Na ação, equipes da Força-Tarefa e dos Grupos de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp) e de Combate ao Crime Organizado e Investigações Criminais (Gaeco) apreenderam celulares e documentos que ajudarão nas investigações.

[Saiba mais. Fonte: G1](#)

Expediente

Procuradora-Geral de Justiça

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEOSP

Coordenador – Promotor de Justiça

Luís Alberto Vasconcelos Pereira

Equipe

Adoniza do Nascimento Dias Gomes – Analista Técnico – Assistente Social

Ana Clara de Carvalho Andrade – Estagiária de Serviço Social

Carolina Arruda SaintClair da Silveira – Assistente Técnico - Administrativo

Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo

Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração

Pablo Victor Araújo Costa – Assessor Técnico – Jurídico

Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico - Administrativo

Sandra Maria Brito Silva – Analista Técnico – Assistente Social

ceosp@mpba.mp.br



71 3103-0381

71 3103-0382

71 3103-0383



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – MPBA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA
SOCIAL - CEOSP

5ª Avenida, nº 750, sala 129, CAB – Salvador, BA – Brasil – CEP 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui